

STJ00098721

CÁSSIO CAVALLI

Professor de Direito da Empresa da FGV Direito Rio.
Doutor e Mestre em Direito.

EMPRESA, DIREITO e ECONOMIA



RIO DE JANEIRO

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2013 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C37e

Cavalli, Cássio

Empresa, direito e economia / Cássio Cavalli. – Rio de Janeiro : Forense, 2013.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-4859-7

1. Direito comercial. 2. Direito empresarial. 3. Sociedades comerciais - Legislação. 4. Contratos. I. Título.

13-00739

CDU: 347.7(81)

994721

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PARTE I	
O PATH DEPENDENCE NA ELABORAÇÃO DO CONCEITO DE EMPRESA NO DIREITO COMERCIAL	
1. O DESENVOLVIMENTO DO TEMA DA EMPRESA ENTRE A FINALIDADE NORMATIVA HISTÓRICA E A DESCRIÇÃO ECONÔMICA DO INSTITUTO.....	49
1.1 A finalidade normativa histórica da empresa.....	54
1.1.1 Finalidade normativa na origem da empresa: origens do <i>path dependence</i>	54
1.1.2 Ampliação do âmbito de aplicação do direito comercial por meio do conceito de empresa.....	61
1.1.3 Consolidação do <i>path dependence</i> por meio da teoria da empresa: a fase subjetiva moderna.....	67
1.2 A estrutura econômica da empresa na literatura jurídico-comercial.....	73
1.2.1 O paradoxo da empresa como fenômeno econômico: da exaltação à irrelevância para o direito.....	73
1.2.2 O conceito econômico elaborado pelos juristas.....	82
2. A INADEQUAÇÃO DO CONCEITO ECONÔMICO À ESTRUTURA JURÍDICA QUANDO ORIENTADA PELA FINALIDADE NORMATIVA HISTÓRICA	93
2.1 Estratégias de apropriação jurídica do conceito econômico de empresa	93
2.1.1 Transposição ou adaptação do conceito econômico para o direito.....	93
2.1.2 O <i>path dependence</i> na teoria dos perfis da empresa.....	99
2.2 A incongruência entre o conceito econômico e a finalidade normativa histórica da empresa.....	108

2.2.1	Atividade organizativo-diretiva	111
2.2.2	Organização dos fatores de produção.....	116
2.2.3	Economicidade	133
2.2.4	Produção ou circulação de bens ou serviços.....	140

PARTE II

ELABORAÇÃO DE UM CONCEITO JURÍDICO DE EMPRESA A PARTIR DA SUA FUNCIONALIZAÇÃO ÀS NECESSIDADES ECONÔMICAS

3.	ESTRUTURAS E FUNÇÕES ECONÔMICAS DA EMPRESA	147
3.1	Ilhas de poder consciente: a empresa neoclássica como função de produção.....	149
3.1.1	Fundamentos da ortodoxia econômica.....	149
3.1.2	A firma no mundo da mão invisível do mercado.....	154
3.1.3	A firma como <i>black box</i> : a deficiente teoria neoclássica da firma.....	161
3.2	Abrindo a caixa-preta: as funções econômicas da empresa na Nova Economia Institucional	169
3.2.1	A mão do empresário torna-se visível.....	170
3.2.2	A firma como um mecanismo de governança de contratos: a função de economizar custos de transação	177
3.2.3	A firma como conexão de contratos: a função de economizar custos de agência	194
4.	ESTRUTURA JURÍDICA DA EMPRESA EM FUNÇÃO DAS NECESSIDADES ECONÔMICAS	207
4.1	Bases da integração interdisciplinar para a elaboração de um conceito de empresa.....	207
4.1.1	Pressuposições teóricas da Nova Economia Institucional ...	207
4.1.2	Pressuposições teóricas do Funcionalismo Jurídico	218
4.2	A significação jurídica da empresa.....	235
4.2.1	O papel dos conceitos e o aspecto valorativo da interpretação na elaboração de um conceito jurídico de empresa.....	236
4.2.2	Adequação das estruturas e funções econômicas da empresa ao conceito jurídico por meio da interpretação valorativa orientada pelas finalidades normativas.....	249
	SÍNTESE DAS CONCLUSÕES ALCANÇADAS.....	269
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	283